

Inovações norteiam futuros acordos

Norberto Svarzman
da UPI

Nova Iorque — O Brasil, que saiu formalmente da moratória, assinará hoje nesta cidade um pacote financeiro de 82 bilhões de dólares, incluindo créditos novos de 5,2 bilhões de dólares, para ajudar a pagar os juros, e um reescalonamento de débitos de 62 bilhões de dólares junto a bancos privados. Além disso, o acordo transforma mais de 1 bilhão de dólares em bônus de longo prazo, informou o Citibank.

As inovações do pacote, o maior do tipo, podem fixar normas para as futuras negociações, destacou o presidente do comitê de assessoramento dos bancos credores, William Rhodes, que também é executivo do Citibank. No comunicado desta instituição foi incluída uma declaração do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, assinalando que antes de cobrar a primeira cota do novo empréstimo, o Brasil estará em dia com o pagamento

dos juros.

Mais de 80 bancos aceitaram a opção dos chamados "bônus de saída", que aliviarão o peso da amortização anual da dívida, já que eles têm prazo de 25 anos, com 10 de carência, e juros de 6%, o que marca uma considerável redução, pois para o dinheiro novo do pacote a taxa é de mais ou menos 9%, ou o valor da libor mais um **spread**, ou taxa de risco, de 0,85%.

Investimentos

Esses bônus de saída podem ser transformados em investimentos juntamente com os bônus que os bancos poderão emitir de acordo com os percentuais de seus aportes aos novos empréstimos. A emissão dos chamados "bônus de dinheiro novo" terá um teto de 1 bilhão de dólares. O pacote também inclui a prorrogação de créditos comerciais no valor de 15 bilhões de dólares.

O Brasil receberá a primeira parte do dinheiro novo, de cerca de 4 bilhões de dólares, durante o próximo mês. O saldo, em duas parcelas de 600 milhões cada, será liqui-

dado em dezembro e no primeiro semestre de 1989. Este dinheiro novo servirá apenas para ajudar o Brasil a pagar os juros relativos a meados de 1987 a meados de 1989.

Novos rumos

Rhodes destacou que o pacote financeiro é o maior jamais negociado nos mercados internacionais, e o primeiro, desde o início da crise da dívida, em 1982, que combina dinheiro novo com reduções substanciais dos débitos. Nesse sentido, continuou Rhodes, "o pacote brasileiro pode marcar os rumos na administração da crise da dívida".

A reestruturação abrange 62 dos 67 bilhões da dívida com os bancos particulares e cobre os compromissos com vencimentos entre primeiro de janeiro de 1987 a 31 de dezembro de 1993. As amortizações terão prazo de 20 anos, com o primeiro pagamento devendo ser efetuado em 1995, quando o Brasil terá de liquidar 2% do principal. Os juros serão de 0,825% sobre a libor, taxa interbancária de Londres.